

O processo de patrimonialização do solar lopo gonçalves: o solar que virou museu

The process of patrimonialization of the solar lopo gonçalves: the manor that became museum

Maria Angélica Zubaran*

Resumo: O presente estudo analisa as narrativas em defesa da preservação do patrimônio urbano histórico da cidade de Porto Alegre, na imprensa local, na década de 1970. Investiga-se o processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves e como especialistas atribuíram novos valores, sentidos e usos ao Solar na luta pela sua preservação e pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural da cidade. Examinam-se, particularmente, as narrativas do jornalista Alberto André e do historiador Sérgio da Costa Franco e suas múltiplas representações de memória e patrimônio, em defesa da preservação do Solar e de sua transformação em patrimônio cultural da cidade.

Palavras-chave: Preservação Patrimonial; Memória; Patrimônio Cultural

Abstract: The current study analyzes the narratives in favor of preserving the historical urban heritage of the city of Porto Alegre, published in the local press, in the 1970s. The article investigates the process of patrimonialization of the Solar Lopo Gonçalves and how experts assigned new values, meanings and uses to that Manor in the struggle for its preservation and its recognition as a cultural heritage of the city. It examines, particularly, the narratives of the journalist Alberto André and those of the historian Sérgio da Costa Franco and their multiple representations of memory and heritage in the defense of preserving the Manor and its transformation in cultural heritage of the city.

Keywords: Heritage Preservation, Memory, Cultural Heritage

1 Introdução

No presente estudo propomos uma análise cultural das narrativas em defesa da preservação do patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre, na imprensa local, na década de 1970. Examinamos, particularmente, o processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves, as representações construídas pelos especialistas do patrimônio para preservá-lo e legitimá-lo como patrimônio cultural da cidade. Nosso objetivo é mapear as representações culturais mais recorrentes sobre memória e patrimônio histórico construídas pelo jornalista Alberto André e pelo historiador Sérgio da Costa Franco, na imprensa local, em defesa do patrimônio histórico da cidade, particularmente, em defesa da preservação do Solar Lopo Gonçalves e da sua

* Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Doutora em História,.

transformação em museu da cidade de Porto Alegre. Os artefatos culturais selecionados para essa análise são os jornais locais *Correio do Povo* e *Zero Hora*, disponíveis no Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa (MCSHC). Que valores culturais esses especialistas atribuíram ao patrimônio cultural da cidade, particularmente, ao Solar Lopo Gonçalves? Como construíram culturalmente noções de memória, patrimônio e museu? De que forma a preservação patrimonial articulou-se à construção de identidades locais? Essas são questões centrais que contemplaremos nessa análise das narrativas preservacionistas.

Inicialmente, enfocaremos os conceitos de memória e patrimônio e discutiremos brevemente alguns marcadores históricos da trajetória da preservação patrimonial no Brasil e em Porto Alegre, para um melhor entendimento dos múltiplos significados atribuídos pelos preservacionistas locais ao patrimônio histórico da cidade, na década de 1970. Posteriormente, analisaremos o processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves, sua transformação de um bem privado em um bem público e em patrimônio cultural da cidade.

Maurice Halbwachs (1999), um dos pioneiros no estudo das memórias sociais, aponta que a memória coletiva é uma representação, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum aos membros desse grupo. A relação entre memória e identidade é também destacada por Jöel Candau (2011), para quem a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade e de continuidade de um grupo, ou seja, para a construção da sua identidade. Este autor sublinha que memória e identidade estão indissolúvelmente ligadas, que "se conjugam, se nutrem mutuamente e se apóiam uma na outra" (CANDAU, 2011, p. 16).

Já a noção moderna de patrimônio histórico surge, de acordo com Françoise Choay (2001), nas décadas finais do século XVIII, sobretudo com a Revolução Francesa, quando a preservação do patrimônio deixa de ser uma preocupação de eruditos ou de setores da igreja católica e se torna objeto de políticas públicas do Estado. Conforme Choay, a noção de patrimônio surge imbricada no processo de consolidação dos Estados Nacionais, servindo como uma justificativa ideológica para a construção da identidade nacional e como forma de identificar simbolicamente a nação. No entanto, como sugere a autora, a conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial, que causou uma transformação traumática da cidade tradicional. De acordo com a autora, "a noção de patrimônio histórico urbano

constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante” (CHOAY, 2001, p. 180). Desde então, o patrimônio histórico urbano tornou-se preocupação de um número expressivo de países em todo o mundo.

No entanto, foi no decorrer das décadas de 1970-1980, que se ampliou consideravelmente o conceito de patrimônio, que passou a integrar um conjunto cada vez mais abrangente e diversificado de bens culturais, não apenas os bens materiais, mas também os patrimônios imateriais e naturais. De acordo com Néstor Garcia Canclini (1994), houve um triplo movimento de reconceitualização do patrimônio nas Ciências Sociais. Em primeiro lugar, passou-se a incluir não apenas a herança de cada povo, "as expressões mortas da cultura", mas também os bens culturais do presente, como os artesanatos, as línguas, os conhecimentos e as produções das indústrias culturais. Segundo este autor, ampliou-se também a política patrimonial de preservação que passou a relacionar esses bens aos seus usos sociais e necessidades contemporâneas e, por último, em oposição à seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas, reconheceu-se que o patrimônio cultural também se compõe dos produtos da cultura popular elaborados pelos diferentes grupos sociais e étnico-raciais (GARCIA CANCLINI, 1994). Ele destaca ainda o aspecto político do patrimônio cultural que, segundo ele, é um "espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos" e que está articulado à construção das identidades. Conforme o autor, patrimônio é "o que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de cada grupo" (GARCIA CANCLINI, 1994, p. 97). Na direção apontada por Canclini, entendemos que a atribuição de valores nos processos de preservação patrimonial é uma arena de confronto e um campo eminentemente político, como veremos no caso da patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves.

2 Preservação Patrimonial no Brasil

Uma breve retrospectiva da preservação patrimonial no Brasil evidencia que aqui se adotou o modelo centralizado francês, com a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), ligado ao Ministério da Educação e Saúde, cujos técnicos passaram a ter autoridade como intérpretes e guardiões dos valores culturais da nação. Eram eles que determinavam, por meio da atribuição de valores culturais, o que deveria ser preservado. Nesse primeiro momento da política de preservação, o SPHAN direcionou suas ações ao patrimônio chamado de "pedra e cal". Em sua maioria, eram edifícios representativos do passado colonial luso-brasileiro

e que referenciaram a memória histórica ligada às elites políticas, econômicas e religiosas. A partir de 1979, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, deu-se o alargamento do sentido do patrimônio. Aloísio Magalhães passou a chamar atenção para o risco da homogeneização do patrimônio cultural brasileiro, pois considerava que "no Brasil, havia várias tradições, como havia vários patrimônios, não só monumentos, mas também objetos, espaços, atividades – patrimônio imaterial ou intangível" (OLIVEIRA, 2008, p. 129). No entanto, conforme Lúcia Lippi Oliveira, a nova face da política de patrimônio no Brasil tem, como "certidão de nascimento", os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, que passam a proteger as "manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (OLIVEIRA, 2008, p. 131) e a incluir "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (OLIVEIRA, 2008, p.132). Entretanto, será somente com o Decreto nº 3.551, de quatro de agosto de 2000, que se instituiu no Brasil o registro dos bens culturais de natureza imaterial (CAVALCANTI; FONSECA, 2008). Desde então, observa-se um deslocamento progressivo da política de preservação patrimonial no Brasil. Ulpiano Bezerra de Menezes, em palestra proferida na abertura do XI Encontro Estadual de História no Rio Grande do Sul, realizado em 2012, afirmou que é necessário rever as formas de avaliação dos bens, partindo-se da perspectiva dos sujeitos que operam esses bens e não dos objetos, assim como, dos valores das próprias comunidades e não somente dos critérios de especialistas do patrimônio.

Para análise do processo de patrimonialização do Solar Lopo Gonçalves retrocedemos ao contexto nacional da década de 1970, quando o "milagre econômico" e o *boom* imobiliário daí decorrente resultaram na intensa urbanização das cidades brasileiras e foram acompanhados pela formulação de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural que tentou conciliar o valor cultural e econômico com o potencial turístico dos bens culturais. Nessa época, realizou-se o I Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, quando foi assinado o Compromisso de Brasília, determinando a atuação do Estado no setor e o uso de até 5% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. No II Encontro de Governadores, em Salvador, em 1973, as decisões foram reafirmadas e levou-se em conta o interesse da indústria turística em expansão. Iniciava-se uma política de descentralização de preservação do patrimônio no Brasil para criar legislações estaduais e órgãos municipais de proteção ao patrimônio.

É no contexto histórico do I Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1970), que se inicia o processo de preservação patrimonial em Porto Alegre, ainda pouco conhecido no cenário nacional. De acordo com Ana Lúcia Goelzer Meira (2004), a iniciativa da preservação patrimonial na cidade coube à Câmara de Vereadores que, por meio da nova Lei Orgânica de Porto Alegre de 1971, em seu novo artigo 117, determinou ao executivo municipal fazer "o levantamento dos bens imóveis, de valor histórico e cultural, de expressiva tradição para a cidade, para fins de futuro tombamento e declaração de utilidade pública" (CÂMARA DE VEREADORES, 1971). Em maio de 1971, foi nomeada a primeira Comissão Municipal do Patrimônio para realizar o trabalho da preservação patrimonial da cidade. A Comissão era formada por funcionários da Prefeitura Municipal e dirigida pelo advogado Leandro Telles. Em 1974, constituiu-se a segunda Comissão Municipal do Patrimônio, sob a presidência do engenheiro urbanista Francisco Riopardense de Macedo e com a presença majoritária de arquitetos e historiadores, entre eles Paulo Xavier, representante do Instituto Histórico e Alberto André, jornalista, cujas matérias em defesa do patrimônio cultural nos jornais locais serão analisadas a seguir. A visão corrente na época era de que a cidade estava perdendo a sua memória, mas que ainda era possível salvar alguns edifícios. Os especialistas do patrimônio municipal consideravam-se os porta-vozes da sociedade, com a missão de salvar o patrimônio histórico da cidade.

O Relatório da segunda Comissão Municipal do Patrimônio se transformou em Lei em 1977 e foram nomeados 47 itens de valor histórico e cultural para a cidade de Porto Alegre. Em novembro de 1977 foi criado o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (FUMPAHC) destinado a contribuir para projetos e serviços de preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. A lei do tombamento municipal somente foi aprovada em 1979 e no ano seguinte foi instituído o Livro do Tombo Histórico onde se inscreveram os imóveis relacionados anteriormente. Os primeiros cinco bens considerados de valor histórico e tombados pelo município de Porto Alegre foram: o Paço dos Açorianos, o Mercado Público, a Ponte de Pedra, o Solar Lopo Gonçalves (recém-adquirido pelo município) e a Capela do Bonfim.

3 O Solar que virou Museu

Conforme Marlise Giovanaz (1999), "o Solar Lopo Gonçalves foi o primeiro prédio de propriedade privada tombado pelo patrimônio público porto-alegrense", em 21/12/1979. O Solar, de propriedade do comerciante português Lopo Gonçalves Bastos, foi construído em estilo luso-brasileiro ou colonial, fora dos limites da cidade, entre os anos de 1845 e 1853, de frente para a Rua da Margem, hoje Rua João Alfredo, para servir como sede de chácara da família Lopo Gonçalves Bastos (GIACOMELLI, 1992). As primeiras referências à preservação do Solar da antiga Rua da Margem ocorreram em 1958, quando o então vereador Manoelito de Ornellas propôs que esse prédio fosse considerado de importância histórico-cultural para a cidade. De acordo com Alberto André, Manoelito considerava o prédio como "o maior representante da arquitetura colonial do século passado, próprio para abrigar um museu" (ANDRÉ, 1981, p. 60). Portanto, já desde essa época, passaram a circular na cultura local novos valores culturais atribuídos ao Solar dos Lopo Gonçalves Bastos, como justificativas para legitimá-lo como patrimônio histórico e cultural da cidade, entre eles, seu valor arquitetônico e seu valor como possível imóvel de uso público, como futura sede de um museu.

Segundo Giovanaz (1999), a discussão sobre a preservação do Solar se intensificou na década de 1970, quando o processo de modernização urbana e a crescente migração do interior do estado para a capital passaram a ser percebidos como uma ameaça à memória e à identidade da cidade. Sandra Pesavento (1991) aponta que, em Porto Alegre, diversas obras, principalmente viárias, trouxeram grande impacto para a paisagem urbana nesta época. A autora sublinha que os anos de 1970 e 1980 foram marcados pela construção de viadutos, elevados, túneis e perimetrais na cidade de Porto Alegre e pela destruição dos casarios coloniais.

Nesse contexto, começaram a aparecer nos jornais da capital artigos assinados por jornalistas, engenheiros, historiadores, arquitetos, advogados e médicos, denunciando as precárias condições do patrimônio histórico de Porto Alegre e questionando o processo de modernização em curso na cidade desde a década de 1940. Entre esses especialistas, destacamos, pela importância que tiveram nesse processo, os nomes de: Francisco Riopardense de Macedo, Júlio Nicolau Barros de Curtis, Paulo Xavier, Leandro Telles, Alberto André e Sérgio da Costa Franco. No que segue, analisaremos as narrativas em defesa da preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre assinadas pelo jornalista Alberto André e pelo historiador Sérgio da Costa Franco, examinando os valores que esses especialistas atribuíram ao patrimônio histórico da cidade, particularmente, ao Solar da família Lopo Gonçalves Bastos.

A narrativa preservacionista do jornalista Alberto André, então presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), é marcada pelo que José Reginaldo Gonçalves (1991) chamou de "retórica da perda", ou seja, a noção de que a ameaça de destruição de prédios históricos levaria à perda da memória e da identidade da cidade. Para Gonçalves, nessa perspectiva, o presente aparece corroído por um processo de perda oposto a uma situação original definida por integridade e autenticidade, onde as práticas de preservação visam restabelecer uma continuidade com aquela situação originária.

Na narrativa de Alberto André, a ameaça da destruição dos prédios históricos levaria à perda da memória e da identidade da cidade de Porto Alegre: "esta cidade poderá um dia acordar sem memória", escrevia em uma de suas colunas em defesa da preservação patrimonial (ANDRÉ, 1970). Para ele, corria-se o risco de que a "nossa herança açoriana ficasse rapidamente sem imagem". Neste sentido, a memória que o jornalista considerava ameaçada era a memória açoriana e nas suas colunas conclamava seus leitores para "defenderem o patrimônio dos que fundaram a cidade" (ANDRÉ, 1970). Também associava a memória da cidade aos edifícios antigos, cuja antiguidade era o critério que os distinguiria dos demais na luta pela sua preservação. Ele afirmava: "a cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória" e indagava: "quem somos nós sem os nossos velhos edifícios?" (ANDRÉ, 1970). Reginaldo Gonçalves (1991) aponta que a distância temporal em relação aos objetos os torna desejáveis e alvo de práticas de preservação. Assim, os prédios antigos eram apropriados para significar um tempo para sempre ausente, articulado a um desejo de manter uma autenticidade que, paradoxalmente, esses edifícios já tinham perdido. Neste sentido, o critério de antiguidade presente na narrativa de Alberto André retirava esses bens da história e da contingência e os concebia como objetos para sempre originais. Françoise Choay denomina essa abordagem da cidade pré-industrial de *figura memorial*, que "na verdade encerra [a cidade] no passado e perde de vista a cidade historial, a que está engajada no devir da historicidade" (CHOAY, 2006, p. 181).

Alberto André defendia também a preservação dos edifícios com base nos valores estéticos e em seus estilos arquitetônicos que "representavam fases da arte" e da "arquitetura histórica" e listava alguns edifícios da cidade que deveriam ser preservados em razão de seus estilos arquitetônicos: a Igreja Nossa Senhora das Dores, com suas torres barrocas, o Convento do Carmo, com seu pátio barroco italiano, o Teatro São Pedro, considerado jóia do barroco francês, entre outros. Observa-se nessa

listagem a valorização do estilo barroco, que era o estilo que predominou na primeira fase da política de preservação patrimonial do SPHAN. De acordo com o historiador da arte austríaco Alois Riegl (1987) o valor estético ou artístico é percebido como uma ponte para os sentidos, capaz de aguçar a percepção e como um critério objetivo para a seleção dos prédios que deveriam ser preservados. O jornalista Alberto André apontava que dois prédios eram unânimes nas enquetes públicas sobre o que se deveria preservar na cidade: a "Prefeitura Velha, uma das mais expressivas jóias da arquitetura oriunda da doutrina positivista", obra do arquiteto italiano Carrara Colfosco, com bronze da França e leões de mármore Carrara e o "sobrado colonial", localizado à Rua João Alfredo, 582. O Solar era frequentemente representado por Alberto André como a "Casa das Magnólias", e como o local onde se fundara a Associação Comercial de Porto Alegre (ANDRÉ, 1974a, p. 65). A representação do Solar como "Casa das Magnólias" é uma alusão à árvore centenária que adornava (e ainda adorna) o jardim do Solar e a qual o jornalista atribuía um valor afetivo, estabelecendo vínculos subjetivos de pertencimento que diferenciavam o Solar de outros prédios e que o legitimavam como patrimônio cultural. Quanto à representação do Solar como sede onde fora fundada a Praça de Comércio de Porto Alegre, em 14 de fevereiro de 1858, relacionava-se a posição de liderança do comerciante Lopo Gonçalves Bastos no processo de fundação dessa Praça de Comércio o que valorizava o Solar associando-lhe valor histórico.

Conforme Alois Riegl (1987) o valor histórico se constrói a partir da rememoração que o objeto faz de uma época, nesse caso, o Solar rememorava a época da fundação da Praça de Comércio de Porto Alegre. Entretanto, apesar desta versão ter sido reproduzida em vários artefatos culturais da época, historiadores como Luis Cláudio P. Symansky (1998) e Zita Possamai (2001) tencionam a representação do Solar como sede da fundação da Associação Comercial de Porto Alegre. Por que Lopo Gonçalves e os comerciantes da cidade se deslocariam até uma chácara, distante dos limites urbanos, para fundarem uma associação, quando Lopo Gonçalves residia em um sobrado na Rua da Praia, no centro da cidade, local bem mais apropriado para esse evento? Além disso, considerando-se que naquela época era difícil o deslocamento até o Solar, sede de chácara da família Lopo Gonçalves, o local não seria adequado para reunir comerciantes e fundar uma associação comercial. No entanto, vale destacar que, como estratégia discursiva, como construção cultural, a historicidade atribuída ao Solar, associando-o à fundação da Praça de Comércio de Porto Alegre, agregava valor ao prédio na defesa de sua preservação como patrimônio cultural da cidade no final da década de 1970.

Em 1974, em matéria intitulada *Dos velhos sobrados às igrejas*, o jornalista Alberto André demonstrava a ênfase dada à preservação do patrimônio edificado das elites econômicas e religiosas naquele momento (ANDRÉ, 1974b). Entre as imagens que reproduz de sobrados e igrejas que deveriam ser preservados, exibiu uma foto do Solar, cuja legenda o referenciava como "Casa das Magnólias", onde "a prefeitura desejava instalar o museu da imagem e do som" e onde "foi fundada a Associação Comercial". A preservação do Solar aparecia associada à transformação do imóvel em um museu e à fundação da Associação Comercial, para agregar valor de uso público e histórico ao imóvel. O que Alberto André não comenta, mas que a imagem do Solar que ele selecionou para reprodução no jornal revela, é que na década de 1970, o Solar passou a ser ocupado por populares, cuja presença evidenciava-se nas roupas penduradas em uma corda junto às janelas, nos baldes nas janelas e na chaminé do fogão à lenha no telhado da varanda do Solar (fig. 1).



Figura 1 - Vista lateral do Solar Lopo Gonçalves,
Fonte - Acervo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

A ocupação do Solar por populares, assim como a deterioração física desse imóvel, estava relacionada ao desinteresse do Serviço de Assistência Social e Seguro dos Economiários (SASSE), então seus proprietários, após terem seus planos de demolição do prédio frustrados pela negativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Seguiu-se, então, um período de abandono do Solar que ficou quase em ruínas, conforme se pode observar na figura 2 abaixo.



Figura 2. [o Solar ameaçado]
Fonte: Jornal Correio do Povo, 26/09/1978.

Também o historiador Sérgio da Costa Franco, pesquisador incansável da História de Porto Alegre, pronunciou-se na imprensa local pela preservação do Solar na década de 1970 e atribuiu-lhe novos valores e sentidos para legitimá-lo como patrimônio cultural da cidade. Na narrativa preservacionista de Sérgio da Costa Franco, o Solar aparece representado como "o Solar de Lopo Gonçalves", associado ao seu primeiro proprietário, um rico comerciante português e figura ilustre da cidade, representante da elite senhorial. Além disso, Franco salientava o valor de originalidade do prédio do Solar, "um prédio quase único", "autenticamente lusitano":

Compreendi que o Solar de Lopo Gonçalves Bastos, ali a Rua João Alfredo era quase único em Porto Alegre. Em matéria de residências nobres do século XIX, nada existe em melhor estado de conservação externa e nada de mais autenticamente lusitano na nossa cidade. (...) O Solar da Rua da Margem resistiu tal qual era ou tal qual o deixou seu dono falecido em 1872, depois de ter sido vereador em várias legislaturas, fundador da Praça do Comércio, provedor da Ordem Terceira de Nossa Senhora das Dores e mais coisas que a um homem endinheirado e de espírito público se confiam (FRANCO,1974, p. 4).

Para o antropólogo José Reginaldo Gonçalves, "o autêntico" é uma invenção moderna que data de fins do século XVIII, "em que a aura de um objeto está associada a sua originalidade, ao seu caráter único e a uma relação genuína como o passado" (GONÇALVES, 1988, p. 265). Neste sentido, Franco pretendia "auratizar" o Solar atribuindo-lhe um valor de originalidade que o imóvel já não conservava. Vale lembrar que quando o imóvel foi vendido pelos descendentes de Lopo Gonçalves para Albano José Volkmer, em 1946, o novo proprietário realizou reformas no prédio, dividindo-o em três unidades habitacionais para abrigar sua família e os empregados da sua Fábrica de Velas. Portanto, o Solar perdera a sua suposta originalidade já na década de 1940, mas o critério da originalidade mostrava-se uma estratégia discursiva eficaz no processo de sua patrimonialização naquele contexto histórico. Na mesma coluna, Franco afirmava que o Solar "já se considerava perdido para a memória urbana" quando o prefeito Thompson Flores decidiu adquiri-lo para o Município, para ali instalar um Museu da Imagem e do Som (FRANCO,1974). É interessante destacar que a referência a uma memória urbana estava sendo construída através do apelo à preservação de um imóvel que fora construído em uma zona fora dos limites urbanos.

Em matéria intitulada *Museu da Cidade*, Sérgio da Costa Franco chamava atenção para a necessidade de verbas para a restauração do Solar que, segundo ele, "teria de ser completa e minuciosa para que ficasse em condições de servir como sede de museu" (FRANCO, 1975). Para Alois Riegl (1987), trata-se do valor de atualidade, que salienta a utilidade pública dos elementos do patrimônio cultural para servir as necessidades do presente. Neste sentido, nas narrativas preservacionistas de Franco, o Solar passava a ser representado como o prédio que guardaria as memórias da cidade, ampliando assim suas possibilidades evocativas de memórias. Mas memórias sociais de quem? Nas representações articuladas por Franco percebe-se o apelo às memórias e tradições lusitanas. Ademais, Franco questionou a idéia de Nilo Ruschel, que sugeria que ali se instalasse um museu da imagem e do som, e defendeu que se instalasse no Solar um museu da cidade:

É de se questionar agora se a sua reivindicação [Nilo Ruschel] já não estaria atendida pela criação do Museu da Comunicação Social, promovida pelo governo do Estado. (...) Entretanto, não se trairia a memória de Nilo Ruschel, se o antigo Solar fosse transformado em museu da cidade. Porto Alegre não tem até hoje, uma casa onde guarde as suas lembranças históricas, sua bagagem fotográfica, as manifestações culturais de sua gente ao longo de tempo. (...) Aparentemente, por ser uma cidade ocupada e sitiada por forasteiros de todas as origens, ela sofre de memória descontínua, às vezes de amnésia. Receptiva às tradições gaúchas, às tradições alemãs, às tradições italianas, ela esquece, no entanto, a sua própria gente e seus brasões (FRANCO, 1975, p. 4).

Para Sérgio da Costa Franco, a memória da cidade ameaçada de "amnésia" era a memória dos açorianos e o museu da cidade era concebido para guardar as memórias desse grupo específico da sociedade porto-alegrense. Nessa mesma coluna, Franco representava o Solar como "um dos exemplares mais bem conservados de casa senhorial do século XIX" e, paradoxalmente, denunciava logo em seguida, o seu precário estado de conservação: "o Solar continua virtualmente cercado de painéis de propaganda e habitado – não sei por quem. Uma centenária construção, com instalações elétricas precárias é um convite ao incêndio e ao desastre" (FRANCO, 1975). As denúncias sobre o estado precário do Solar e sobre sua ocupação por populares são sinais do conflito social que frequentemente marca a preservação de prédios históricos que, listados para tombamento, são abandonados por seus proprietários e tornam-se alvos de ocupação por indivíduos e famílias sem moradia. Nessa época, o Solar ficou conhecido pelos moradores do seu entorno como "cortiço", uma alusão ao seu péssimo estado de conservação e a sua ocupação pelos populares.

Em maio de 1975, na reportagem intitulada *A cidade sem Patrimônio Histórico*, Alberto André lamentava que, apesar dos levantamentos relatados pelas duas comissões, entre dezembro de 1971 e novembro de 1974, os resultados eram nulos e que no espaço de tempo entre uma e outra Comissão, seis imóveis históricos tinham sido demolidos (ANDRÉ, 1975, p. 25). Nessa matéria, Alberto André denuncia o estado de "semi-abandono" do Solar e revela a presença de um caseiro que segundo ele "faz o que pode para conservá-lo".

Enquanto isso, o único prédio colonial que a municipalidade conseguiu obter, através de permuta, o da João Alfredo 582, em que residiu Lopo Gonçalves e onde foi fundada a Associação Comercial está semi-abandonado, ocupado por um caseiro que faz o que pode para conservá-lo. Nele Nilo Ruschel pretendia montar o Museu da Imagem e do Som (ANDRÉ, 1975, p. 25).

Além da denúncia sobre o estado de abandono do Solar, Alberto André reproduz os atributos mencionados por Sérgio da Costa Franco para legitimar o Solar como patrimônio cultural da cidade: o fato de ter sido residência do rico comerciante Lopo Gonçalves Bastos, local da fundação da Associação Comercial e sede de um futuro Museu da Imagem e do Som.

Em 1978, uma Comissão coordenada pelo historiador Moacyr Flores elaborou o projeto de criação e implantação do Museu Municipal da cidade de Porto Alegre, que deveria funcionar no prédio do antigo Solar, após passar por um trabalho de restauração interna e externa. Entre as justificativas apontadas no projeto para criação e implantação do museu da cidade no Solar consta:

O imóvel da Rua João Alfredo, nº 582, devido ao valor histórico que representa por ter sido a residência do Comendador Lopo Gonçalves Bastos, e a sede da reunião de instalação da Associação Comercial de Porto Alegre. Além disso, o prédio é um exemplar significativo da arquitetura colonial brasileira e foi relacionado como peça de valor histórico e cultural pelas duas Comissões Municipais de 1971 e 1974. (SECRETARIA MUNICIPAL..., 1978).

Observa-se que os principais valores culturais atribuídos ao Solar Lopo Gonçalves pelos integrantes dessa Comissão eram o valor histórico e artístico ou arquitetônico. Neste sentido, tanto as narrativas dos preservacionistas, como as justificativas apresentadas pela Comissão indicada para elaborar o projeto de criação do museu da cidade de Porto Alegre atribuíram ao Solar sentidos históricos e artísticos na tentativa de transformá-lo em patrimônio cultural da cidade.

No entanto, como aponta Xerardo Pereiro Pérez (2003), apropriando-se de estudos do antropólogo Llorens Prats, apesar da importância do papel dos especialistas nos processos de patrimonialização, não podemos deixar de ter em conta que tais processos estão associados a tensões, conflitos e negociações e daí a importância de estudarmos outros agentes sociais igualmente implicados nos processos de patrimonialização. Na direção apontada por esse autor, destacamos que, diante do péssimo estado de conservação que se encontrava o Solar no final da década de 1970, também o Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho e o Instituto Cultural Português reuniram artistas plásticos e alunos da Escola Nacional de Desenho diante do Solar para lançar o apelo de que a permuta do prédio com a prefeitura fosse efetivada o quanto antes, para o restauro do prédio (CORREIO DO POVO, 11/08/1979, p. 15).

Em 13 de maio de 1979, pelo Decreto nº 6598, criava-se o Museu de Porto Alegre, como sede provisória na Rua Lopo da Costa, nº 291, no bairro Cidade Baixa. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) assumiu a responsabilidade pela restauração do Solar. As obras tiveram início em 1980 e foram concluídas em 1982. Pelo Decreto nº 8100, de 5/11/1982, o Prefeito Municipal de Porto Alegre autorizou a transferência do acervo do Museu de Porto Alegre para as dependências do "Solar Lopo Gonçalves". Completava-se, assim, após longa negociação entre grupos sociais diversos, lideranças políticas e a própria municipalidade, o processo de patrimonialização do Solar que virou Museu.

4 Considerações Finais:

As narrativas em defesa da preservação patrimonial em Porto Alegre, na década de 1970, parecem se enquadrar na tendência das ações destinadas a preservar os patrimônios a partir de traços intrínsecos da sua própria materialidade, privilegiando o valor testemunhal de edifícios de caráter monumental e de épocas distantes, o que com frequência levou à reificação e fetichização do patrimônio cultural. Ademais, no que se refere à preservação do Solar Lopo Gonçalves tratou-se de priorizar a memória dos imigrantes açorianos através da preservação de um remanescente da influência luso-brasileira, relacionado à origem dos fundadores da cidade de Porto Alegre. De outro lado, essas iniciativas seguiam às orientações das políticas de preservação patrimonial do SPHAN que, na sua primeira fase, estavam voltadas para a defesa de bens de "excepcional valor", com ênfase na sua tradição histórica e artística. Entretanto, vale destacar que as representações mais recorrentes sobre o Solar Lopo Gonçalves nos discursos dos especialistas do patrimônio que circularam nos jornais locais, apoiadas em valores históricos, arquitetônicos e de uso público e que sublinhavam sua originalidade e autenticidade, parecem ter sido eficazes para sensibilizar os leitores para a importância da sua preservação e contribuíram para reverter um processo adiantado de deterioração desse imóvel e para transformá-lo em patrimônio cultural e sede do Museu da cidade de Porto Alegre.

Referências

- ANDRÉ, Alberto. [Esta cidade...]. **Correio do Povo**, 13.09.1970.
- ANDRÉ, Alberto. Dos velhos sobrados às igrejas: uma herança a ser preservada. **Correio do Povo**, 04.08.1974a, p. 60.
- ANDRÉ, Alberto. Está voltando a velha Casa das Magnólias. **Correio do Povo**, 04.08.1974b, p. 65.
- ANDRÉ, Alberto. A Cidade sem Patrimônio Histórico. **Correio do Povo**, 04.05.1975, p. 25.
- ANDRÉ, Alberto. **Correio Povo**, 30.08.1981, p. 60.
- CÂMARA DE VEREADORES. **Lei Orgânica do município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Câmara de Vereadores, 1971. Art. 117.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: UNESCO, 2008.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CORREIO DO POVO**, 11.08.1979, p. 15.
- FRANCO, Sérgio. O Solar de Lopo Gonçalves. **Correio do Povo**, 09.07.1974, p. 4.
- FRANCO, Sérgio. Museu da Cidade. **Correio do Povo**, 01.07.1975, p. 4.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. O patrimônio cultural e a construção do imaginário social. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, p. 95 -111, 1994.
- GIACOMELLI, Sérgio. **Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GIOVANAZ, Marlise. **Lugares de história: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)**. 1999. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1991.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 264-275, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1999.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.
- PERÉZ, Xerardo Pereiro. Patrimonialização e transformação das identidades culturais. In: PORTELA, J.; CASTRO CALDAS, J. (Org.). **Portugal chão**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 231-247.
- PESAVENTO, Sandra. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

POSSAMAI, Zita. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: EST Edições, 2001.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos.** Madrid: Visor, 1987.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Projeto de criação do Museu Cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: Sec. Munc. de Educação e Cultura, 1978.

SYMANSKY, Luis Cláudio P. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

Recebido em 28.09.2012

Aceito em 04.01.2013